

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

História oral e sociedade digital

Leandro Seawright, Lucas Maceno Sales

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6397>

Submetido em: 2023-07-10

Postado em: 2023-08-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

HISTÓRIA ORAL E SOCIEDADE DIGITAL

LEANDRO SEAWRIGHT

Historiador, oralista e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo – FFLCH/USP. Professor adjunto dos cursos de História (licenciatura e bacharelado) e da pós-graduação stricto sensu em História (mestrado e doutorado) da Universidade Federal da Grande Dourados – FCH/UFGD.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9561-6390>

LUCAS MACENO

Historiador, oralista e doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados – FCH/UFGD. Professor colaborador dos cursos de História (licenciatura e Bacharelado) da FCH/UFGD.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4694-1546>

Resumo.

Neste artigo, refletiu-se sobre a inscrição da história oral na sociedade digital. Para tanto, analisou-se a mudança da ambiência analógica para a digital a fim de localizar novos problemas teóricos e empíricos. Desse modo, as operações em projetos de história oral no tempo presente ganharam relevo. Consagrando as diferenças teóricas, procedimentais e empíricas, referenciou-se, portanto, parte dos autores de diferentes gerações e concepções que se ocuparam com a história oral implicada na sociedade digital. Ademais, foram mencionados argumentos provenientes de autores das humanidades digitais, da história digital e da história pública digital. O artigo foi organizado em duas seções: “História oral na Sociedade Digital”, em que se desenvolveu o enlace entre tecnologias e a institucionalização da história oral desde o mundo analógico para o digital, além de “Comunidades no Mundo Digital” que respondeu, pois, aos desafios da história oral feita na sociedade digital.

Palavras-chave: História Oral; Sociedade Digital; Memória.

ORAL HISTORY AND DIGITAL SOCIETY

Abstract.

In this article, we reflected on the oral history inscribed in the digital society. Therefore, the change from analogical to digital ambience was analyzed in order to locate new theoretical and empirical problems. In this way, operations in oral history projects in the present time gained prominence. Recognizing the theoretical, procedural and empirical differences on the field, part of the authors of different generations and conceptions that dealt with the oral history involved in the digital society were referenced. Moreover, arguments from authors of digital humanities, digital history and digital public history were mentioned. The article has been organized into two sections: “Oral history in the Digital Society”, in which the link between technologies and the institutionalization of oral history from the analogue to the digital world were developed, in addition to “Communities in the Digital World”, which responded to the challenges of oral history made in the digital society.

Keywords: Oral History; Digital Society; Memory.

INTRODUÇÃO

Não fosse isso e era menos
não fosse tanto e era quase.

Paulo Leminski.¹

Era o dia 25 de julho de 2022 quando, no *XVI Encontro Nacional de História Oral: Pandemia e Futuros Possíveis* da Associação Brasileira de História Oral, ABHO, Marieta de Moraes Ferreira se levantou – no salão nobre do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ –, para receber o *I Prêmio Michel Marie Le Ven de Reconhecimento em História Oral*. Enquanto se preparava para o momento da premiação, Marieta percebeu a entrada discreta de José Carlos Sebe Bom Meihy que caminhava pelo corredor do recinto. Para a surpresa de quem presidia aquela sessão (o vice-presidente da ABHO à época), Marieta disse, à sua maneira, de que outra pessoa no recinto também poderia ser reconhecida pelos trabalhos inaugurais da ABHO. Percorrendo o corredor do salão nobre, Marieta abraçou José Carlos em gesto digno de reflexão sobre os esforços inauguratórios em história oral, seu *boom* na década de 1990, e, agora, sobre as condições impostas pelo tempo presente.²

Refletir sobre a história oral *no* e *do* tempo presente é, entre outras coisas, pensar na *sociedade digital* (Barros, 2022, p. 11). A coexistência entre gerações de pesquisadores de história oral num evento acadêmico sugere, portanto, ponderações combinadas inclusive sobre elementos procedimentais ou empíricos. Dessa maneira, apresenta-se o *problema* sobre a transposição da sociedade *analógica* para a *digital* sentido no campo da história oral; sobre a passagem da *vida off-line* para a *vida on-line* e parte dos impactos que essas modificações causaram entre parte dos autores de referência na área. Algumas dessas alterações foram medidas tanto pela análise de elementos da produção de uma parcela dos autores nacionais e internacionais interessados em *humanidades digitais*, em *história digital* e em *história pública digital*.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, concluiu que a internet chegou a “90% dos domicílios do país em 2021, com alta de 6 pontos percentuais frente a 2019,

¹ Epígrafe: GÓES, F.; MARINS, Á. *Paulo Leminski*. São Paulo: Global Editora, 2021, p. 51.

² As menções a autores da história oral, pioneiros ou não, que adotam concepções de história oral ou procedimentos diferentes é, por suposto, consciente e intencional. Justificam-se, pois, em razão da pluralidade do campo. Cada vez mais distante de metodologias estanques, a história oral pode ser aplicada de forma disciplinada e ao mesmo tempo em diálogo com a diversidade da área.

quando 84,0% dos domicílios tinham acesso à grande rede”.³ No interregno da pandemia de Covid-19, tornou-se possível, porém, assistir ao avanço da conectividade inclusive entre comunidades que habitam os interiores do país. Além dos domicílios há evidentemente pessoas que habitam neles e que saem todos os dias com tecnologias portáteis, o que pressupõe a ubiquidade como fenômeno da *sociedade digital* por meio de *presenças compartilhadas* ou *caminhantes*. Ainda que se reconheça, por lógico, as parcelas de pessoas excluídas do *universo digital*, admite-se, doutra parte, avanços em relação à conectividade dos brasileiros.

Os argumentos encartados neste artigo são de que (I) a história oral que apareceu no Brasil durante a década de 1970, fortaleceu-se depois da redemocratização do país e se consolidou ao mesmo tempo em que a sociedade digital emergiu na década de 1990; que (II), entre a maior parte dos *operadores em história oral*,⁴ a tecnologia foi recepcionada de forma ascendente desde aparelhos analógicos até os digitais. Não obstante, (III) que, o potencial empírico da história oral quando articulado à ambiência da *sociedade digital*, aos entrevistados interconectados por meio de *redes* – com memórias articuladas no *mundo digital* –, tem o condão de mobilizar análises ainda mais potentes *com e para* o público.

Considerando-se o exposto, o artigo está dividido em duas seções. A *primeira seção*, “História Oral e tecnologia”, é composta das seguintes partes: a) *Moderna história oral – nascida da tecnologia*; b) *Projetos de pesquisa*. Por seu turno, a *segunda seção*: “Comunidades no Mundo Digital”, contém as seguintes partes: a) *Sociedade Digital*; b) *História oral “entretelas”*; c) *Comunidades de destino na sociedade digital*. Almejando facilitar o acesso de leitores aos *acervos digitais* de história oral ou de histórias de vida pertinentes para a escrita deste artigo,⁵ foram introduzidos – de forma experimental⁶ – três *QR Codes* ao longo do texto. Tais *QR Codes* podem ser escaneados pelos leitores por meio de seus próprios *smartphones*.

Imperioso argumentar de que, nesta iniciativa, acolhe-se a pluralidade do campo. Reconhece-se a existência de diversos centros produtores, das linhas e das tendências de história

³ Ver: [Internet chegou a 90% dos domicílios brasileiros no ano passado — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](https://www.gov.br) Acesso: 29 dez. 2022.

⁴ A maior parte dos autores utiliza a expressão “historiador oral” para se referir aos praticantes da história oral. De outra maneira, porém, existe quem compreenda que, em razão de a história oral também ser feita por pesquisadores de outras áreas (pedagogos, sociólogos, comunicólogos, juristas, entre outros), o mais adequado seria chamá-los de “oralistas” já que nem todos se reconhecem como historiadores orais. Neste artigo, em razão do diálogo com correntes variadas, preferiu-se por vezes a expressão *operadores em história oral*.

⁵ Grupos diferentes – além dos que podem ser acessados por meio dos referidos *QR codes* –, tais como: o *Laboratório de História Oral e Imagem*, LABHOI/UFF, o *Núcleo de Estudos em História Oral*, NEHO/USP; além do *Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville*, LHO/Univille, entre outros, consagram a diferença ao oferecerem caminhos alternativos de tratamento dos documentos de história oral em contato com a *sociedade digital*.

⁶ Diz-se de “forma experimental” na experiência dos redatores do presente artigo.

oral no país.⁷ Desse modo, tenciona-se abrir diálogo com parte dos pesquisadores de referência que não necessariamente produzem a partir do mesmo lugar de conhecimento. Para que o presente artigo não seja necessariamente “*datado*” e com vida útil curta, porém, adota-se a estratégia clara de evitar o quanto possível a menção de elementos de significativa efemeridade do mundo tecnológico: artefatos muito específicos, *softwares* bastante limitados e até formatos peculiares de gravações ou que compõem os produtos da *sociedade digital*.

HISTÓRIA ORAL E TECNOLOGIA

Mesmo se o futuro da história oral estiver no espaço virtual digital, seu coração continuará sendo a dimensão extremamente humana da recordação em relacionamento com outras pessoas.

Philippe Joutard.⁸

a) Moderna história oral – nascida da tecnologia.

Quando a história oral se desenvolveu no Brasil, seus introdutores perceberam a necessidade de elaborá-la com fundamentos que pudessem oferecer respostas aos mais habituados à “cultura formal e escrita que à oral” (Meihy, 2005, p. 99). Enquanto isso, ensinava-se, de igual forma, a *fazer* história oral com critérios estabelecidos em *manuals* ou obras que funcionavam como *guias*. Entre parcelas, a história oral se tornou matéria de discussão que, amiúde, colocava em questão suas capacidades de consolidar *fontes* consideradas “fiáveis”. A situação algo incômoda foi descrita por Marieta de Moraes Ferreira e por Janaína Amado que abalizaram, *in verbis*, sobre a existência de: “críticos que, armados dos piores preconceitos, estariam sempre prontos a nos agredir” (Ferreira; Amado, 2006, p. XVIII). Mais do que incômodas, escreveu-se, pois, sobre situações “agressivas”.

Ainda que a história oral tenha aparecido no Brasil durante a década de 1970, seu apogeu foi possível somente na década de 1990 quando experimentou “expansão mais significativa” (Ferreira; Amado, 2006, p. IX). Resistindo às posições refratárias, a história oral logo se institucionalizou (Ferreira; Amado, 2006, p. IX-XI). Por isso, a história oral da década de 1990 estava inscrita, nos contextos nacional e internacional plenos de ebulição: queda do Muro de

⁷ Ainda assim, adverte-se de que o propósito da presente investida não é mapear os grupos e tendências e, sequer, delinear diferenças substanciais.

⁸ Epígrafe: JOUTARD, P. Avaliações e tendências da história oral. In FERREIRA, M. de M.; FERNANTES, T. M.; ALBERTI, V. (Orgs.). *História oral* [livro eletrônico]: *desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, posições 895 e 902.

Berlim, final da Guerra Fria, consolidação de democracias liberais, globalização – entre outros eventos ou fenômenos. Nesse sentido, a história oral sinalizava à eclosão de memórias que, se não estavam subterrâneas, vigiam tácitas na superfície ao perfazerem movimentos centrífugos de lembranças machucadas pela repressão da ditadura militar que durou do ano de 1964 ao ano de 1985.

Para Philippe Joutard, existe intersecção entre o “restabelecimento e o desenvolvimento da democracia e o progresso da história oral, não só na América Latina, por exemplo, mas também na Espanha” (2006, p. 51). Nessa mesma direção, Camillo Robertini – em *La storia orale in America Latina* –, examinou inclusive a relação da história oral e a superação de regimes ditatoriais (2016). Em grande medida, tais países enfrentaram ditaduras ou dramas políticos duráveis, e, depois, aberturas por meio da redemocratização que não prescindiu de memórias verbalizadas. Após a ditadura militar brasileira, recordar era necessário e era, enfim, possível.⁹

Remetendo-se, pois, aos “acontecimentos de maio de 1968 ou à contestação do partido comunista na Itália”, Joutard demonstrou de forma homóloga as condições que possibilitavam a entrevista gravada em contexto de redemocratização da *palavra falada*. Ao mesmo tempo, acontecia a “utilização do gravador pela segunda geração de historiadores orais” (Joutard, 2006, p. 51).

A frase de Douglas A. Boyd e Mary A. Larson é importante para compreender o fenômeno da moderna história oral seja nos Estados Unidos da América, seja no Brasil: “foi da tecnologia que nasceu a história oral” (Boyd; Larson, 2014, p. 2). Dimensionando-se pelo caso brasileiro, a *tecnologia* foi, desse modo, recepcionada progressivamente desde a utilização de gravadores de fita cassete até sua transposição para o *digital*, perpassando-se pela introdução de filmadoras, de máquinas fotográficas, ou, num passado próximo, de aparelhos celulares com capacidade de gravação em formato audiovisual.¹⁰

Os aprimoramentos tecnológicos foram considerados por Alberti na 2ª edição de seu *Manual*: “é claro que atualmente não se pode pensar em história oral sem o equipamento de gravação, de áudio ou vídeo” (2004, p. 112).

Na 3ª edição de seu *Manual*, contudo, Alberti demonstrou que

⁹ Segundo Gattaz, Meihy e Seawright, no Brasil a “história oral chegou com atraso em razão do ambiente da ditadura militar instaurada em 31 de março de 1964 que, por meio do recrudescimento e das violações de direitos humanos, reprimiu a palavra com base não somente na violência da censura, mas no silenciamento levado às últimas consequências” (2019, p. 11).

¹⁰ Boyd e Larson colocaram em perspectiva diacrônica a emergência da tecnologia no âmbito da história oral (2014).

Até meados dos anos 1990, não havia muita dúvida com relação ao equipamento a ser empregado em um programa de história oral. O mais recomendado era constituir um acervo em fitas cassete e de rolo, arquivadas em locais separados, as de rolo geralmente funcionando como o acervo de segurança. Hoje em dia não há mais dúvidas de que é preciso digitalizar as entrevistas originalmente gravadas em fitas magnéticas analógicas e de que novas entrevistas devem ser gravadas em formato digital (Alberti, 2013, posição 1159).

Como resultados do Programa de História Oral, PHO, do *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*, CPDOC/FGV, Alberti pôs em evidência a modificação tecnológica na prática de fazer entrevistas com repercussões à organização do acervo. Segundo se sabe, o CPDOC/FGV tem “200 fundos, totalizando cerca de 1,8 milhão de documentos” abertos à consulta pública – contendo em torno de 1.000 entrevistas com aproximadamente 5.000 horas de gravação –, “totalmente informatizada por meio do sistema Accessus”. No mesmo ano, Martina Spohr, embora sem dizer da história oral, demonstrou como o CPDOC estava preocupado com a *digitalização* de documentos (2013).



Para consultar a base de dados do Acervo de História Oral do CPDOC, aponte o QR Code com a câmera do seu celular.¹¹

Depois de avaliar oportunidades e também riscos ligados às eventuais obsolescências de documentos, Alberti, contudo, assegurou que os “profissionais que trabalham com história oral geralmente não têm muito conhecimento da história das técnicas de gravação sonora e audiovisual” (Alberti, 2013, posição 1176). Preocupados com gravações de entrevistas a partir de projetos armados para fins específicos, tais *operadores em história oral* não estariam se preparando na mesma velocidade para o trabalho qualificado no *mundo digital*.

Talvez no ano de 2013, essa preocupação fosse mais facilmente subsumida do que uma década depois. Porque Alistair Thomson assegurou a existência de certa “revolução digital do final dos anos 1990 e início dos anos 2000” (2007, p. 50). Agora, os *smartphones* e os *documentos nato-digitais* fazem parte da ubiquidade engendrada pela natureza da *sociedade*

¹¹ Acesso em: 30 dez. 2022.

digital. De maneira tal que, quantos pretendam fazer história oral operam desde o *digital* porque vivem em *redes* e sob instantaneidades como nas novas *Tecnologias da Informação e Comunicação, TIC*: são partícipes de outra organização espaciotemporal, conforme advertiu Lucchesi (2022, p. 7) – isto é, habitam num mundo de nuvens, de inteligência artificial, de *hiperlinks*.

Na terceira década do século XXI, sobressaltam-se duas constatações: a *primeira* é de que, desde a introdução da história oral no Brasil, o campo está aberto às chamadas *novas tecnologias* e a *segunda* é de que, ainda assim, existe algo de basilar que impulsiona a história oral feita na *sociedade digital*: o *projeto* – regido por intencionalidades, coordenado por fundamentações postas e por propósitos de pesquisa determinados; conduzidos por operadores que os confeccionam ao mesmo tempo em que subsistem em *redes* de produção intelectual.

b) Projetos de pesquisa.

Nos Estados Unidos, a *oral history* nasceu sob o “prestígio de Columbia” ao passo que Allan Nevins propôs a condução de entrevistas antes, durante e depois da Segunda Guerra Mundial – conforme Linda Shopes (2016, p. 73).¹² Finda a Segunda Guerra Mundial, Nevins apresentou seu *The Oral History Project* na mesma Universidade de Columbia. Com o aporte financeiro de US\$ 1,5 milhão feito por Frederic Bancroft, Nevins conseguiu implementar seu *projeto* que provocou expectativas combinadas:

Um amanuense fazia anotações à mão das primeiras entrevistas, conduzidas por Nevins. Os colegas de Columbia logo souberam de uma recente invenção, o gravador de fio, e não tardaram em adquirir um. O processo então se moveu muito mais rápido, e eles começaram a transcrever as entrevistas para conveniência dos pesquisadores. Os primeiros gravadores de fita americanos (em oposição aos de fio), modelado de um Magnetofone alemão capturado, foi lançado em 1948, mas os gravadores de fita não se tornaram amplamente disponíveis até vários anos mais tarde. (Sharpless, 2007, p. 12).

Depreende-se do excerto acima a existência de propostas de colaboração entre o coordenador do projeto de pesquisa, seus interlocutores e um ou mais estudantes que serviam como amanuenses. A história oral norte-americana – assim como foi tendência na maior parte do mundo – não dispensou a utilização de tecnologias da época como o *gravador*. Ao mesmo tempo em que a força da Universidade de Columbia se impunha, convém notar, ainda, que os *operadores em história oral* acompanharam a ascensão tecnológica que possibilitou o surgimento de melhores gravadores de voz.

¹² Shopes se referiu à *Columbia University* e a Nevins como “originalmente jornalista e uma espécie de historiador insubordinado” (2016, p 72).

Foi assim que, na década de 1960, houve expansão da pesquisa entre norte-americanos em função da disponibilidade de gravadores portáteis de fita cassete produzidos pela *Philips Company* (Sharpless, 2007, p. 13). A possibilidade de realizar gravações de entrevistas por meio de câmeras filmadoras estimulou o debate renovado sobre novas formas de captações narrativas (Sharpless, 2007, p. 24). Quando se tem o material audiovisual – não somente a voz, mas também a imagem com gestos ou performances –, a maneira de dá-lo a conhecer ao público interessado se modifica. Modifica-se também a maneira de analisá-lo, pois a performance, o gestual e os elementos até então ausentes no conteúdo audível se encontram em evidência.¹³

Na Itália, a *storia orale* apareceu em torno de Rinaldo Rigola, entre outros, impulsionada por “alguns militantes socialistas que também se ocupavam com a História” ao tempo da “resistência operária” na década de 1930 contra o fascismo de Benito Mussolini (Bermani, 2015, posição 191).¹⁴ Um dos pioneiros da história oral, Danilo Montaldi, entretanto, “resistiu longamente ao uso do magnetofone bem depois de sua imposição no final dos anos quarenta” (Bermani, 2015, posição 58). Cesare Bermani trata, não obstante, das discussões sobre as diferenças havidas entre o uso de gravadores de voz e filmadoras para a obtenção do produto documental em história oral (Bermani, 2015, posição 145).

Ainda que a afeição pela tecnologia tenha grassado na história oral feita, entre outros lugares, nos Estados Unidos, na Itália e no Brasil, importa observar que o meio de obtenção ou apreensão das entrevistas não é – sequer de longe! – o *fim* da história oral. Não é *fim*, nem *fim* como *finalidade*.

Considere-se, nesse sentido, o que disse Alessandro Portelli:

A memória, na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado [...] o que há de mais importante sobre a natureza dialógica do trabalho de história oral é que ele não termina com a entrevista, ou mesmo com a publicação: ele precisa encontrar maneiras de ser útil aos indivíduos e às comunidades envolvidas (Portelli, 2016, p. 18-21).

A necessidade da constituição de *projeto* em história oral antecede a entrevista que, enfim, não é seu ponto de partida, e, tampouco, sua “linha de chegada”. Antes, existe, em Portelli, a superação da ideia de certa memória meramente instrumental ou como lugar para a guarda de informações. Sentido reverso, Lucília Delgado aduziu que a “memória atualiza e presentifica o passado, uma vez que é retenção, mesmo que inconsciente ou encoberta da

¹³ Joutard avaliou o avanço da tecnologia para a difusão por meio de “áudio-livros”, de “vídeocartas” e “fóruns da internet”, bem como de páginas na Web (Joutard, 2000, posição 537).

¹⁴ Para compreender melhor a relevância da *storia orale* italiana, recomenda-se a leitura do texto: *A História oral italiana: raízes de um paradoxo* da autoria de Alessandro Portelli (2000).

experiência vivida e dos sentimentos preservados” (2003, p. 16-17). A respeitável posição da autora não pode ser aquiescida por historiadores orais como Portelli, para os quais a memória é dinâmica, ou, em outras palavras, supera a aceção depositária.

Há em Portelli também a percepção de que a pesquisa não acaba com a entrevista e sequer termina com a publicação. Coloca-se o problema da utilidade das memórias verbalizadas em busca de seu sentido *público*, seja para pessoas ou para *comunidades*. Se a entrevista não é, outrossim, o *começo* ou *fim* em história oral, o reconhecimento dos *artefatos tecnológicos* não substitui as razões de ser do *projeto de pesquisa*.

As ponderações elementares de Portelli tocam percepções *estatutárias*. É urgente reconhecer, portanto, que a história oral – com bases assentadas e tendo superado utopias ou reiteradas crises *estatutárias* – transcende seu *uso* como mero “recurso valioso para variados estudos sobre vidas, sobre grupos sociais, sobre o presente” (Santhiago; Magalhães, 2013, p. 10) – posição já ultrapassada. Se fosse assim a história oral poderia ser reduzida à posição hipossuficiente que se quer evitar.

Posta dessa forma, a história oral pode ser, entre outras alternativas, um

conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê planejamento das gravações, com indicação de locais, tempo de duração e demais fatores contextuais, bem como o tratamento a ser dado: estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para uso. O projeto estabelece parâmetros para eventuais análises das histórias ou disponibilização de entrevistas inteiras; arquivamento ou criação de bancos de histórias e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, ser devolvidos ao grupo que gerou as entrevistas (Meihy; Seawright, 2020, p. 27).

Mais do que técnica e do que simples “recurso”, a história oral “jamais se faz por fazer, por motivações nostálgicas, neutras ou de mero registro” (Meihy, 2007, p. 162). Porque “a fala gravada é documento e neste sentido ocupa espaço”: trata-se de “espaço provocado e por isto intencional” (Meihy, 2007, p. 162). Assim é que a “parafernália eletrônica que lhe garante suporte – a eletrônica disponível em aparelhos – é complemento da essencialidade de contatos humanos, e, os textos escritos resultantes desses encontros” (Meihy, 2007, p. 162).

Na obra *Canto de Morte Kaiowá*, escrita por José Carlos Sebe Bom Meihy no alvorecer da década de 1990 a partir da experiência de indígenas na Reserva Indígena de Dourados, RID, no cone sul de Mato Grosso do Sul, consta um relato de pesquisa oriundo de anotações do caderno de campo convencional – nada mais analógico! –, em que o autor reconstrói o cenário de sua incursão nas experiências de entrevista:

na segunda-feira, bem cedo, partimos para a realização de uma série de entrevistas. Dotados de gravador profissional – discreto, ainda que possante -, fomos visitar o capitão Ireno. Preparados para conhecer um velho de mais de noventa anos, tudo o que fizemos foi uma sensibilização da equipe para conversar com um índio idoso, como aquele que é respeitado como o mais sábio de todos (Meihy, 1991, p. 18).

Do fragmento se extrai, *prima facie*, o conteúdo relacional do *projeto* que tende à confluência de pesquisadores e colaboradores em torno de interesses comuns, públicos e explicados pelo social. Demonstra que o “gravador profissional” guardava, porém, discrição como cuidado básico para não afastar entrevistados ao passo que era “profissional” e “possante”, dizendo-se na linguagem da época. Mesmo que se destaque a importância da tecnologia própria de cada tempo, pode-se considerar de que o “historiador oral é algo mais que um gravador que registra indivíduos ‘sem voz’, pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a consequente análise histórica” (Lozano, 2006, p. 17).

Seja o gravador analógico como à época do *Canto de Morte Kaiowá* ou *digital* quando das entrevistas que resultaram na obra *Prostituição à Brasileira* (Meihy, 2015), o diferencial para a “pesquisa” e a “consequente análise histórica”, quando é o caso, remete ao *projeto* em pesquisadores de diferentes estágios, lugares ou correntes – desde Nevins a Portelli, de Alberti a Meihy. Fazer história oral não é “simplesmente sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça e entrevistar aqueles que cruzam nosso caminho à disposição de falar um pouco sobre suas vidas” (Alberti, 2013, posição 643). O projeto prevê as condições necessárias para sua consecução (2013, p. 15). Ainda que, no imediato, o caderno de campo seja por vezes transfigurado em *tablets*, *notebooks* ou *smartphones* e as gravações ou fotografias do trabalho de pesquisa sejam armazenadas em suportes físicos cada vez menores, o projeto – de necessidade resistente às várias modificações do tempo – funciona como eixo que perpassa do analógico para o digital.

COMUNIDADES E MUNDO DIGITAL

A voragem avassaladora da revolução digital
é implacável e imparável.

Maria Fernanda Rollo.¹⁵**a) Sociedade digital.**

Da *sociedade digital*, Barros – escrevendo sobre *história digital* –, considerou que

Pode ser delineada, antes de tudo, como aquela que emerge planetariamente da revolução digital iniciada na última década do século XX – sendo oportuno observar, desde já, que só podemos considerar que adentramos efetivamente uma sociedade digital, quando os recursos tecnológicos e informáticos difundidos pela revolução digital passam a atingir de formas diversas, e de maneira espraiada e decisiva, a maior parte das populações do planeta e em todos os níveis sociais. Isto ocorreu de fato a partir de meados dos anos de 1990, com a internet livre, com a extraordinária expansão da telefonia celular e outros recursos de comunicação, e com a disponibilização de uma tecnologia digital de fácil uso a preços acessíveis a amplas faixas da população. (Barros, 2022, p. 11).

Percebe-se, portanto, que enquanto a história oral aumentava seu campo de ação nas instituições de ensino brasileiras (em grupos de pesquisa, núcleos, centros, etc.), e se expandia além dos limites universitários, a *sociedade digital* se consolidou como fenômeno coetâneo. De Barros, depreende-se que a sociedade digital se impôs como global, o qual pressupôs a interconectividade e o atingimento de parcelas ampliadas.

Ponderaram Nicodemo, Rota e Marino que “smartphones que cabem na palma da mão são apenas uma pequena amostra” do lugar das tecnologias digitais em tempos hodiernos (2022, posição 119). Por ser possível constatar modificações do cotidiano de onde histórias orais, escritas e até imagéticas provém, sabe-se que a expansão da sociedade digital indica paulatina abertura ao uso de artefatos desde os que armazenam dados até aqueles que capturam momentos ou “reproduzem conteúdos imagéticos e sonoros” (Nicodemo et al., 2022, posição 119):

tablets, computadores pessoais, televisores, carros e até mesmo geladeiras fazem parte do rol de objetos marcados pela ‘internet das coisas’, que ocupa cada vez mais espaços desde a popularização da Web 2.0, na virada do século. (Nicodemo et al., 2022, posição 119).

A redução de tamanho dos aparelhos – celulares, tablets –, foi acompanhada pelo aumento significativo da interconectividade entre os seres humanos e o adensamento da existência da *sociedade em rede* (Castells, 2003) ou da *cibercultura* (Boltanski; Chiapello, 2009). Se é assim, nota-se que a redução do tamanho dos objetos foi acompanhada do aumento progressivo de acesso a esses bens digitais de consumo. O fenômeno da *web*, do *ciberespaço* e

¹⁵ Epígrafe: ROLLO, Maria Fernanda. Desafios e responsabilidades das humanidades digitais: preservar a memória, valorizar o patrimônio, promover e disseminar o conhecimento. O programa memória para todos. *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, vol 33, nº 69, p. 23, Jan-Abr. 2020.

da própria expansão da internet são condições para que se fale do avanço e da consolidação da *sociedade digital* tendo como marco a década de 1993 com a “internet livre”.

A internet é, conforme disse Manuel Castells nos anos 2000, o “tecido de nossas vidas”, pois tem “capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana” (2003, p. 7). Para a história oral também se produziu novo clima retratado pelos norte-americanos Boyd e Larson:

Nas últimas duas décadas, muito mudou no mundo da história oral. Através dos avanços tecnológicos, a Internet tornou-se meio prático de disponibilização de gravações de áudio e vídeo, abrindo um amplo leque de possibilidades para a apresentação do material. A Internet, francamente, explodiu as dobradiças das portas dos arquivos, e o *acesso* passou a ter um significado completamente diferente. (Boyd; Larson, 2014, p. 4).

Percebe-se, desse modo, que a disponibilização de gravações de som e voz, isto é, de documentos *digitalizados* ou *nato-digitais* são evidências de um ambiente renovado para a história oral nos Estados Unidos e também, em certa medida, no Brasil. Não somente a abertura da porta dos acervos, mas a explosão delas, nos termos de Boyd e Larson, proporcionou outra experiência de pesquisa com produtos documentais. Além da otimização da agenda do pesquisador de acervos, a reorganização espaciotemporal – que envolve a pesquisa – passa a incluir a possibilidade do trabalho remoto.

Em diálogo com Barros, Boyd e Larson, é possível reconhecer que a consolidação da *sociedade digital* ocorre, sobretudo, em razão da vinculação entre pessoas por meio de aparelhos e *redes* interconectadas na *web*. A dinâmica de feitura da pesquisa e, por conseguinte, a pesquisa nos acervos se alteram à medida em que a história oral ingressa na temporalidade do *mundo digital*:

A pesquisa em história oral não envolve mais necessariamente viajar de uma universidade ou de um museu para o outro, leitura de transcrições datilografadas ou ouvir cassetes analógicos de segunda geração designados como cópia aos usuários. Os estudiosos, assim como o público em geral podem acessar a Internet para obter informações sobre as gravações disponíveis e, mesmo que os arquivos de áudio ou transcrições de uma instituição não estejam online, há boas chances de um auxílio de busca detalhado esteja, e uma solicitação para esse repositório pode resultar no recebimento de uma cópia digital de uma entrevista por parte do usuário. Informações em rede e dados vinculados permitem que usuários e pesquisadores conectem recursos de história oral a outros recursos relevantes. Tudo isso resulta em expectativas de acesso muito distintas do que há apenas vinte anos atrás. (Boyd; Larson, 2014, p. 4).

Mesmo com bibliografia embrionária no Brasil, existem indicativos corroborados de que *operadores em história oral* não passam evidentemente incólumes à *sociedade digital*. Pode-se destacar, por exemplo, o projeto *Garimpendo Memórias* que está “vinculado ao Centro

de Memória do Esporte (CEME) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)”, o qual foi “criado em 1996 com o objetivo de reconstruir, preservar e divulgar a memória da educação física, do esporte, da dança e do lazer no Brasil” (Macedo et al., 2016, p. 43). Para realizá-lo, há o emprego de “novas tecnologias”: entre as quais, os “gravadores digitais, os programas de informática para o processamento de entrevistas, os procedimentos de digitalização de registros orais e audiovisuais produzidos em formato analógico”, bem como “os repositórios digitais que conservam fontes específicas, os portais temáticos destinados à divulgação de trabalhos e o uso de técnicas multimídia na exposição do conhecimento científico” (Macedo et al., 2016, p. 45).



Para consultar a base de dados do Acervo Garimpendo Memórias: Educação Física, Esporte, Lazer e Dança, aponte o QR Code com a câmera do seu celular¹⁶.

Thomson – em seu artigo *Four Paradigm Transformations in Oral History* –, considerou a maneira por meio da qual a ambiência digital afeta o trabalho do praticante de história oral embora esse processo de mutação não tenha sido terminado em função quase perene da evolução tecnológica:

Realmente acho que o meio faz parte da mensagem, e que as tecnologias digitais estão transformando tanto aspectos do nosso trabalho como historiadores orais – e, de fato, como as pessoas lembram e narram as suas vidas – que irão, ao longo do tempo, também mudar a forma como pensamos sobre a memória e a narrativa pessoal, sobre contar e armazenar histórias de vida e sobre compartilhar memórias e fazer histórias. Essa Revolução Digital – a quarta transformação do paradigma da história oral – ainda está em processo, e a vida à beira da mudança diante de um horizonte em constante mudança pode ser desconfortável. O futuro da história oral e o papel do historiador oral nunca foram tão emocionantes, ou tão incertos. (Thomson, 2007, p. 70).

O mundo digital remodelou, assim, a forma como as pessoas se lembram, narraram; como guardam objetos biográficos, documentos em geral, ou, em particular, os suportes *nato-digitais*. Isto é, o modo como pessoas e instituições trabalham com documentos ligados à vida

¹⁶ Acesso em: 30 dez. 2022.

– ou *documentos da vida!* –, reabre discussões não somente procedimentais, senão da intimidade ora exposta para milhares nas redes sociais, ora guardada a sete chaves (*passwords*).¹⁷

Disse Carvalho, aliás, que a atuação de historiadores no meio digital é “tímida”, o que “parece evidenciar uma inversão: se no ‘mundo analógico’ o historiador era uma voz hegemônica ou a grande autoridade na produção de discursos sobre o passado, no ‘mundo digital’ esta autoridade está fragmentada” (2018, p. 173). Se é assim para o historiador que prospecta fontes escritas ou que não está inclinado ao digital, para quem opera em história oral ou mesmo em história pública digital (Noiret, 2015), a interseção com a mundo *pós-analógico* reflete oportunidades mais do que impasses (Carvalho, 2018, p. 174).

A *sociedade digital* propicia a realização de projetos de história oral que, por seu turno, perpassam pela reorganização da *memória falada*. Se a moderna história oral nasceu em contato com a tecnologia dos gravadores analógicos conforme se demonstrou, e, depois, desenvolveu-se sob aparelhos digitais, câmeras filmadoras digitais, máquinas fotográficas digitais ou de celulares capazes de gravar com alta resolução e boa captação sonora, não é menos relevante perceber que a ambiência da *sociedade digital* reclama por reflexão sobre as possibilidades de tratamento de documentos *nato-digitais*. Sustenta-se, nessa esteira, que os documentos *nato-digitais* do tipo entrevistas possam ser entremeados com *fontes* audiovisuais oriundas dos próprios produtores de conteúdo, configurando espécie de hibridização de narrativas orais aos suportes digitais. Não somente conteúdo de relevantes acervos, mas também os documentos *nato-digitais* produzidos pelas pessoas no cotidiano têm o condão de potencializar a análise em pesquisas de história oral, incrementar acervos ou contribuir na consolidação de *bancos de histórias*.

b) História oral “entre-telas”.

Entre os marcos para as *humanidades digitais*, localiza-se a *Carta sobre a conservação do patrimônio digital* da Organização das Nações Unidas, ONU, no ano de 2003. Disse Maria Fernanda Rollo que a referida *Carta* trouxe a lume três elementos:

¹⁷ Sem embargo, deve-se levar a sério preceitos éticos e jurídicos relacionados à cessão de direitos de imagem ou sobre o uso da voz para exposição de entrevistas agora no *mundo digital* (Meihy; Seawright, 2020, p. 174).

(i) o reconhecimento de como esses recursos em matéria de informação e expressão criadora, cada vez mais produzidos, difundidos, obtidos e conservados sob forma digital, estavam a criar um novo legado – o patrimônio digital; (ii) a consciência de que o acesso a esse patrimônio ofereceria maiores possibilidades à criação, comunicação e partilha do conhecimento entre todos os povos; e (iii) a compreensão de que esse patrimônio digital corria o risco de desaparecer e que sua conservação, no interesse das gerações presentes e futuras, era uma questão urgente, que interessava ao mundo inteiro. (Rollo, 2020, p. 22).

Depois dos pressupostos transcritos acima, avaliou Rollo, ainda, que “era tempo de assumir que a ‘memória do mundo’ passara também a ser digital” (2020, p. 22). Em síntese, a memória que é também digital pode conformar o patrimônio exposto no *ciberespaço*, o acesso democrático ao patrimônio mnemônico digital, e, de forma ulterior, a preservação do patrimônio digital em face de seu permanente risco de extinção. Após seis anos da mencionada *Carta*, em 2009, o diretor-geral da Unesco, Koïchiro Matsuura, enviou a “todos os ministros encarregados das relações de cada Estado-membro com essa instituição a mesma Carta sobre a conservação do patrimônio digital” ao considerar urgente sua efetividade (Rollo, 2020, p. 22).¹⁸

Referindo-se, por seu turno, ao *manifesto* sobre *humanidades digitais* elaborado em Paris em 2012, durante a segunda edição do *The Humanities and Technology Camp*, Nicodemo, Rota e Marino destacaram a consolidação do campo ao mensurarem: “a ferramenta de busca Ngram demonstra uma curva exponencial no uso do novo conceito, com início em 2001 e estabilização em 2018” (Nicodemo et al., 2022, posição 229). Estabeleceu-se, no *manifesto*, de que as *humanidades digitais* remetem ao conjunto das Ciências Humanas e Sociais, às Artes e às Letras, estando sempre postas em contato com a chamada *interdisciplinaridade*.

Emergindo desse modo, as *humanidades digitais* estão ligadas a determinado *savoir-faire* enquanto mobilizam as tecnologias digitais ao romperem com o analógico. Ainda que se possa fazer as distinções apropriadas – e relevantes à bibliografia produzida por historiadores –, de *história digital*, de *história pública digital*, ou, antes, das *humanidades digitais*, exsurge-se, neste encete, a pergunta pela fisionomia do campo da história oral feita na *sociedade digital*. A obra *História, internet e novas mídias: Preocupações e questionamentos para historiadores do século XIX*, de Lucchesi, autora de referência no campo digital, mapeia parte da produção da *Digital History* norte-americana, publicações da chamada *Storiografia Digitale* italiana e, inobstante, menciona investimentos pioneiros ou atuais no Brasil.

Lucchesi traz, como corolário, questionamentos e inquietações oportunas, tais como:

que ‘história’ (com muitas aspas) se está produzindo hoje? Interessante pensar na história como um produto neste cenário da rede em que os web atores consomem passado o tempo inteiro, se

¹⁸ Leia a *Carta* em: [Charter on the Preservation of the Digital Heritage - UNESCO Digital Library](#). Acesso em: 29 dez de 2022.

o que aconteceu ontem no mundo, pode já ser hoje veiculado nas mídias de massa como passado. (Lucchesi, 2022, p. 21).

Em diálogo com autores pioneiros como Roy Rosenzweig, David Thelen e Stefano Vitali – ao elencar *sites* com memórias de pessoas e aludir narradores que contam as próprias histórias –, Lucchesi ponderou sobre preocupações de historiadores digitais a respeito dos ditos *historymakers* (2022, p. 20). Excetuando-se casos de patente *má-fé*, os quais precisam ser, amiúde, confrontados pela crítica profissional, pergunta-se: existe, *ipso facto*, história entre aspas ou “com muitas aspas”? Existe história mais ou menos legítima a partir de critérios mais ou menos acadêmicos?

Em particular, a história oral propõe, conforme consabido, justamente a requalificação dessas histórias ao retirar-lhes as “muitas aspas” mesmo quando é necessário argui-las de forma crítica (Portelli, 2016, p. 19). Nesse sentido, o clássico *A Voz do Passado*, de Paul Thompson, demonstrou a força das histórias: “enquanto os historiadores estudam os atores da história a distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador” (1998, p. 137). Ademais, arrematou: a “evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudos em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira” (Thompson, 1998, p. 137). No entanto, depois da *revolução digital* as histórias estão também no *ciberespaço* – nas redes sociais, nos arquivos digitais e postas para consumo em profusão.

Disse Portelli, a esse respeito, de que “a fronteira móvel e esquiva entre a História e as histórias é uma das relações que torna a história oral significativa”, porque “a história oral diz respeito ao significado histórico da experiência pessoal, por um lado, e ao impacto pessoal das questões históricas, por outro” (2016, p. 16). Note-se, aliás: em história oral preside a mediação como possibilidade. É dizer, há uma relação de *colaboração* que depende de “circunstâncias preesbalecidas” (Meihy; Seawright, 2020, p. 111).¹⁹

De Svetlana Aleksievitch, vencedora do Prêmio Nobel de Literatura em 2015 com obra de história oral sobre o desastre nuclear de Tchernóbil, lê-se em *A guerra não tem rosto de mulher*: “interessa não apenas a realidade que nos circunda, mas também aquela que está dentro de nós. Não me interessa o próprio acontecimento, mas o acontecimento dos sentimentos. Digamos assim: a alma do acontecimento” (2016, p. 13). Para a autora, os “sentimentos são a realidade” e a história “está na rua”, na “multidão” e “em cada um de nós há um pedacinho da

¹⁹ Recomenda-se também, como alternativa, a leitura sobre “*A Shared Authority*”, de Michael Frisch (1990).

história” (Aleksiévitch, 2016, p. 13). No tempo presente, porém, as histórias que revelam subjetividades esparsas são apresentadas sob formas e formatos diversos por meio de *links*, *hiperlinks* ou no YouTube, em acervos. Não há limites ou fronteiras para a democratização das memórias verbais.

Assim é que a história oral da *sociedade digital*, seja em diálogo com as *humanidades digitais*, com a *história digital* ou com a *história pública digital*, preserva a natureza de seus procedimentos ainda que posta em perspectivas diversas segundo as mais variadas correntes. Juniele Rebêlo de Almeida em capítulo que procura responder à pergunta: “O que a história oral ensina à história pública?”, refletiu que:

acervos digitais de história oral são propagados com múltiplas interfaces – aliando pesquisa, ensino, extensão, divulgação e engajamentos sócio-políticos na produção de *websites*, *blogs*, *podcasts*, *games*, aplicativos para celular, circuitos de visitação (turismo histórico) a partir de mapas interativos; para além dos filmes, séries e documentários disponíveis nessas plataformas digitais. Dessa maneira, são ampliados os públicos da história a partir das formas de acesso e compromisso com a democratização do conhecimento. (Almeida, 2018, p. 109).

Se na década de 1990 Ferreira organizou ao lado de outros autores obra sugerindo, no título, a entrevista de história oral pela sua decomposição: *entre-vistas* – como aquilo que ocorre ou está entre as vistas – atualmente se poderia pensar *entre-telas* (Ferreira et al., 1994). Mas, haveria *entre-vistas*, *entre-telas*? O importante é não elidir a presença do ser humano que, em primeira e em última instâncias, é *matéria-prima* do trabalho em história oral na passagem do analógico ao digital. Donde, tem-se que: “entrevista é trânsito no mundo do outro: oportunidade de incursão em campo diverso, plural, experiencial” (Meihy; Seawright, 2020, p. 113).

No período da *internet das coisas* e de *big data* (enquanto se diz da internet 4.0 em termos futuros), faz-se possível a interconectividade digital de aparelhos em transmissão vertiginosa de dados. Dessa maneira, também a história oral está *on-line* e a *sociedade digital* impõe pensá-la a partir da alternativa de descontinuidade de uma parte de suportes analógicos. Ora, se o campo privilegiado de incursão da história oral é a memória de expressão oral requalificada por suportes teóricos mais sofisticados, a possibilidade de armazenar e, sobretudo, de difundir para consumo as histórias consolida, pois, certa *memória da memória*.

A expressão *big data*, por seu turno, remete aos *megadados*. Está associada às noções de *volume*, de *variedade*, de *velocidade*, de *veracidade* e de *valor*. No caso da história oral, é possível operar com grande *volume de armazenamento* combinado, e, assim, com *variedade* de *entrevistas nato-digitais* ou *digitalizadas*; acessibilidade em transmissões *velozes*, *verazes* quanto à integridade do documento original, e, portanto, *valorosas* quanto aos conteúdos

material ou imaterial do bem armazenado. Porque “Big data se refere a coisas que se pode fazer em grande escala e que não podem ser feitas em escala reduzida, para extrair novos insights ou criar novas formas de valor” (Mayer-Schönberger; Cukier, 2017, posições 176 e 183). Fazer história oral em grande escala, contudo, pode se referir também à forma de melhor alcançar e tratar a memória de expressão oral na *sociedade digital*.

Stephen M. Sloan – depois de considerar elementos essenciais da história oral em período de *big data* –, fez ponderação lapidar sobre a essência *qualitativa* da pesquisa em história oral:

Um aspecto final e essencial do núcleo imutável da história oral é a maneira pela qual ela fornece uma rica e necessária compreensão qualitativa [...] Com o impulso em direção à análise quantitativa anteriormente descrita, a compreensão qualitativa é mais necessária do que nunca. Mesmo pesquisadores que defendem o vasto potencial da pesquisa por meio de Big Data, como Mayer-Schönberger e Cukier, alertam para os perigos de uma ‘ditadura dos dados’. [...] A análise quantitativa oferece a oportunidade de cada voz ser ouvida, encontrar a exceção, a nuance da existência e a textura da realidade. É o impedimento para a supergeneralização. (Sloan, 2014, p. 184).

Se ao longo da década de 1990 os introdutores da moderna história oral no Brasil se referiam direta ou indiretamente à superação da então chamada “ditadura do escrito”, agora a história oral tem o desafio de interseccionar com a memória que opera em *rede*. A referência de Sloan aos autores da obra *Big Data: A Revolution That Will Transform How We Live, Work, and Think*, escrita por Viktor Mayer-Schönberger e Kenneth Cukier, serve de alerta sobre os perigos da “ditadura dos dados”.

Para tanto, sobrepõem-se desafios relevantes que não dizem respeito somente à preservação de *documentos* do tipo entrevistas. Como entregar, então, documentos de história oral – geralmente histórias inteiras e longas! –, no tempo presente marcado por conteúdos curtos ou prontos para o consumo do tipo “*fast food* virtual”? Por suposto, ao manter o núcleo das histórias orais inteiras como respeito ao narrador, à ética recomendada e ao documento constituído em *colaboração*, pode-se fornecer alternativas em termos de navegabilidade. Em outras palavras, navegar na memória por meio dos algoritmos é possível. Destaque-se que navegar na memória de expressão oral é atividade de sondagem profunda, mas que não dispensa sensações como emoções variadas ou sentimentos um pouco mais duráveis.

Ainda que os suportes materializados/textualizados da história oral continuem sendo a força motriz em análises por meio da prática mais conhecida ao redor do mundo, Frisch sopesou as vantagens das tecnologias da *sociedade digital* para o campo:

arquivos de história oral convencionais são, tanto fisicamente como em sua organização intelectual, completamente proibitivos e inacessíveis para usuários comuns, que poderiam levar até eles as suas curiosidades e interesses [...] Com essa percepção, comecei a pensar sobre como os modos digitais podem superar a dicotomia entre criação de conhecimento e consumo de conhecimento. Passei a ver a possibilidade de novas abordagens para produzir sentido por meio do que eu chamei de uma “sensibilidade pós-documentária”. (Frisch, 2016, p. 64-65).

Com ressalvas às generalizações que qualificaram os arquivos chamados de “convencionais” como “completamente proibitivos” – o que configura hipérbole –, Frisch enfatizou a “sensibilidade pós-documentária”. Isto é, a consolidação, via *Web*, da “atividade intermediária, para um espaço mais criativo, mais aberto, menos linear e, portanto, mais compartilhável” (Frisch, 2016, p. 64-65). Existem tecnologias digitais, portanto, que têm o potencial de disseminar a história oral de forma instantânea para amplas audiências, assim como ponderaram Boyd e Larson (2014, p. 4-5). Nos termos de Frisch, a palavra-chave, pelo menos no excerto elencado, é o *compartilhamento* (Frisch, 2016, p. 64-65).

c) Comunidades de destino na sociedade digital.

Os documentos em história oral não são produtos desvinculados ou desconectados da vida social. Trata-se, pelo reverso, da consubstanciação de narrativas oriundas de *comunidades*. Que dizer se, agora, a maior parte das *comunidades* está *on-line*, ou, quando não está, que suas histórias podem ser armazenadas ou disponibilizadas para quantos naveguem pelos meandros das memórias verbalizadas? Sabe-se que o *documento* não é *fim* em si mesmo, posto que requer tratamento adequado desde a materialização até o *arquivamento* ou a inclusão num *banco de histórias*. Assim como não se recomenda “colocar ‘o digital’ antes das humanidades” em *História Digital* (Nicodemo et al., 2016, posição 368), no escopo da história oral de diferentes tendências está o *ser humano* inscrito em *comunidades humanas*.

Desde a origem, Alberti demonstrou a importância das *comunidades*: a “história oral pode ser utilizada como metodologia de pesquisa para a reconstituição de trajetórias de comunidades específicas, como as de bairro, as imigrantes, as camponesas, etc.” (2004, p. 25). Por ângulo alternativo, mas com o mesmo desiderato, Meihy abordou, pela *via* empírica, temas sensíveis, tais como a vida de habitantes da Reserva Indígena de Dourados, RID, no Mato Grosso do Sul, as experiências de imigrantes brasileiros em Nova York ou mesmo as histórias de vida de brasileiros que se prostituem no continente europeu (1991; 2004; 2015).

Portelli estimula os operadores de história oral a perceberem os entrevistados para além do caráter estritamente documental de sua narrativa, já que, desse modo, o trabalho “não termina com a entrevista” (2016, p. 21). Percebendo dessa forma, Portelli convida os

pesquisadores a restituírem narrativas às *comunidades* que as produziram, o que também recomendaram Meihy e Holanda reforçando os “compromissos comunitários requeridos pela história oral” – os quais preveem o retorno das entrevistas “seja em forma de livro, exposição ou mesmo de doação dos documentos confeccionados” (2016, p. 31).

De ângulo próprio, Ecléa Bosi qualificou parcelas humanas – em seu conhecido trabalho com entrevistas – como *comunidades de destino* ao superar a eventual impressão de que o conceito é autoexplicativo. Foi Bosi, aliás, que disse que a *comunidade de destino* “significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados” (1979, p. 2). Em Bosi, ademais, a relação entre pesquisadores e grupos entrevistados supera a frieza de contatos reificados: “lembança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito” (1979, p. 3).

Sobre *comunidades de destino*, disse Michel Maffesoli, por sua vez, que

há momentos em que o indivíduo significa menos do que a comunidade na qual ele se inscreve. Da mesma forma, importa menos a grande história factual do que as histórias vividas no dia-a-dia, as situações imperceptíveis que, justamente, constituem a trama comunitária. Estes são os dois aspectos que me parecem caracterizar o significado do termo ‘proxemia’. Naturalmente, devemos estar atentos ao componente relacional da vida social. O homem em relação. Não apenas a relação interindividual, mas também a que me liga a um território, a uma cidade, a um meio ambiente natural que partilho com outros. Estas são as pequenas histórias do dia-a-dia: *tempo que se cristaliza em espaço*. (Maffesoli, 1998, p. 169).

Do ponto de vista de Maffesoli, destaque-se o caráter coletivo do ser humano do *tempo presente* (Bédarida, 2002; Chauveau, 1993; Delgado; Ferreira, 2014; Rousso, 2016), sobretudo porque nem sempre são, no seu ponto de vista, as grandes histórias que servem à compreensão do “cimento” da sociedade cujas comunidades importam. O *cotidiano* e as ditas “pequenas histórias do dia-a-dia”, ou, de outro modo, as historinhas contadas por pessoas comuns passam a significar os espaços. O “chão comum” onde a vida acontece, porém, possui um *link* com a vida no digital. Está vinculada a ela de maneira incontornável. As *comunidades* referidas por Alberti, as *comunidades de destino* ditas por Bosi, e, de outro modo, por Maffesoli são agora, diga-se, *comunidades de destino* que operam desde o suporte digital ou, por exemplo, em *redes sociais*.

Ainda que se traga a tecnologia para o centro da discussão, antes de qualquer coisa preside a experiência humana singularizada a partir da identificação comunitária. Para Meihy, a “comunidade de destino” remete a conceito fundamental porque se refere, portanto, ao “resultado de uma experiência que qualifica um grupo, dando-lhe princípios que orientam suas atitudes de maneira a configurar uma coletividade com base identitária” (2005, p. 72). As

comunidades de destino são caracterizadas na maior parte das vezes por experiências traumáticas de grupos que tem na memória a possibilidade de se singularizar, de se identificar.

Assim, é frequente que a “*comunidade de destino* seja marcada por consequências traumáticas e efusivas, sempre de efeito dramático e capaz de sensibilizar a força afetiva contida na valorização do evento motriz”; tem-se, nessa senda, elementos subjetivos “valorizados como afetividades – como *páthos* – ou produtos expressos pela memória coletiva” (Meihy; Seawright, 2020, p. 97). Com avanços da *sociedade digital*, da internet e das possibilidades de interconexão entre aparelhos, não é somente o trabalho do historiador que coleciona *fontes escritas* que muda, senão o ofício de quantos realizem entrevistas com pessoas que subsistam em *rede*.

Sejam comunidades de mulheres, indígenas, pessoas negras, grupos periféricos, além de parcelas que se deslocam dentro e fora do país. Sejam segmentos religiosos ou mesmo perseguidos políticos, grande parte das *comunidades de destino* funciona em *rede* e está vinculada por meio da *sociedade digital*. Ao iniciar sua obra, Lucchesi ambientou o debate ao dizer que “desde que foi criada, até bem poucos anos atrás, a internet mudou o modo como trabalhamos, vivemos, nos divertimos e aprendemos” (2022, p. 7). Disse Lucchesi, para além disso, que a internet “interferiu também no modo em que as pessoas se relacionam” (2022, p. 7). Mostra de como as histórias de vida sinalizam para *comunidades* difusas, mas socialmente determináveis é o acervo do Museu da Pessoa – um “museu virtual e colaborativo de histórias de vida aberto à participação de toda pessoa” fundado em 1991.



Para consultar a base de dados do Museu da Pessoa, aponte o QR Code com a câmera do seu celular.²⁰

Nos dias atuais, como as pessoas estão *on-line*, e a própria história oral está em ambiência virtual ou em *rede*, requer-se considerar os chamados macro impulsos ocorridos nos últimos anos. As discussões sobre compromissos éticos durante a pesquisa não são exageradas, porque a privacidade é um direito juridicamente protegido e a agressão a esse direito

²⁰ Acesso em: 30 dez. 2022.

personalíssimo pode ser de maneira homóloga violação à *comunidade de pertencimento* do entrevistado.

A primeira está relacionada com novas tecnologias que, ao permitir a transformação de palavras, imagens, sons em informação digital, expandem grandemente o potencial destes mesmos conteúdos e permitem o seu fluxo entre diferentes plataformas e a recombinação de velhos e novos meios de comunicação. Entre os efeitos da transição para o mundo digital, há muitas das chamadas implicações éticas práticas que dizem particularmente respeito às possibilidades de reprodução de conteúdos digitalizados e privacidade, e consequentemente questionam a nossa capacidade de tomar decisões em situações em que nem a informação nem as soluções em mãos parecem incontroversas. Há que considerar o quanto e quão profundamente esta transição transformou tanto os custos de gravação de entrevistas, os padrões de prática e de bolsas de estudo baseados em fontes orais, como os veículos e meios de acesso a coleções deste tipo de fontes. A nova tecnologia, com os seus corolários de interconexão e multimídia, oferece-se com facilidade e flexibilidade ao alcance de muitos, alarga a circulação e o acesso a entrevistas e tende a gerar disputas entre os diferentes atores envolvidos. (Bonomo et al., 2015, p. 5-6).

Por isso, recomenda-se que as histórias orais, depois de conferidas, sejam autorizadas para uso ou mesmo para integrar acervos ou bancos de histórias. Significa conceber o entrevistado para além da condição de *objeto* ou da reificação como tentação de redução da experiência humana à condição reificada de *documento*, sob a égide de tempos ou formatos digitais. Isto porque a história oral feita no interior da *sociedade digital* tende a transcender a busca algo trivial de *likes* e *visualizações*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós, profissionais da história, não podemos fazer
nada para ter contato com o leitor médio?
Será que nos emparedamos por trás de uma
barreira de monografias e cortamos o diálogo
com os cidadãos comuns curiosos
a respeito do passado?

Robert Darnton.²¹

Iniciou-se este artigo com a menção ao gesto cordial entre dois expoentes das pesquisas em memória de expressão oral. Na sequência foi possível a pergunta pelas condições da história oral brasileira impostas no tempo presente, considerando-se a transposição da história oral analógica, feita *off-line*, para a história oral, realizada *on-line*. Marieta de Moraes Ferreira e

²¹ Epígrafe: DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 14.

José Carlos Sebe Bom Meihy, os quais fizeram suas carreiras em centros universitários distintos e pertencem a escolas diferentes de história oral, motivaram esta análise sobre a passagem do *boom* de história oral na década de 1990 para o que se convencionou denominar de *sociedade digital*.

Como num abraço, agora em sua acepção metafórica, conclui-se a abordagem considerando que (I) a *moderna história oral* nasceu da tecnologia, mas teve nos projetos de pesquisa seu eixo estruturante e humanizador, bem como na memória de expressão oral o seu campo de incursão; que (II), contudo, a história oral ingressou na *sociedade digital* ao mesmo tempo em que passou a ser feita inclusive “*entre-telas*” por comunidades que se vinculam por meio da formação de *redes*. Ao mesmo tempo, percebeu-se que, enquanto os pioneiros envidavam esforços para institucionalizarem a história oral no país (com procedimentos e preceitos claros embora não raro distintos) enfrentando setores refratários, a *sociedade digital* avançava de maneira célere.

A história oral guardou consigo, na transposição do analógico para o digital, algumas características elementares: entre elas estão os projetos retraçados segundo critérios, e, sobretudo, o elemento da humanidade ou da humanização com vistas à *devolução social* das pesquisas. Mas, a inquietação de Darnton, na epígrafe, fez parte daqueles que se propunham valorizar as histórias: alcançar de outro modo, é fato, o leitor médio que conta e lê histórias: a diferença é que, no imediato, esses contadores, assim como os leitores estão por toda a parte e em *rede* produzem outro significado para a mediação. Se no presente são discutidos argumentos das *humanidades digitais*, da *história digital* e da *história pública digital*, num futuro próximo pode ser que – sem ensaios de futurismos ou de previsibilidades excessivas – se esteja discutindo como fazer história oral no metaverso e em seus simulacros, para tomar de empréstimo uma expressão de Jean Baudrillard.²² Que dizer, então, de uma história oral feita ao tempo da Inteligência Artificial, IA? Resta aguardar.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Autor 1 –Participação ativa na pesquisa, com escrita e revisão do texto.

Autor2 –Participação ativa na pesquisa, com escrita e revisão do texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

²² Isto é, numa espécie de réplica do mundo concreto.

Referências

- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. E-book – *versão Kindle*.
- ALEKSIÉVITCH, S. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALMEIDA, J. R.de. O que a história oral ensina à história pública? What does oral history teach public history? In: MAUAD, A. M.; SANTHIAGO, R; BORGES, V. T.. **Que história pública queremos? What public history do we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 101-120.
- BARROS, J. D. Revolução digital, sociedade digital e História. In BARROS, J. D (Org.). **História Digital: A Historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo**. Petrópolis: Vozes, 2022.
- BÉDARIDA, F. Tempo presente e presença da história. In FERREIRA, M. de M; FERNANTES, T. M; ALBERTI, V. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. E-book (não paginado).
- BERMANI, C. **Introduzione Alla Storia Orale: Storia, Conservazione delle Fonti e Problemi di merito**. Vol. 1. Roma: Odradek, 2015.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, É. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- BONOMO, B.; CASELLATO, A.; GARRUCIO, R. “Maneggiare con cura”. Un rapporto sulla redazione delle Buone pratiche per la storia orale. **Il Mestiere di Storico**, v.7, n°2, p. 5-21, 2016.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOYD, D; LARSON, M. A. Introduction. In BOYD, D. A; LARSON, M. A. **Oral History and Digital Humanities: Voice, Access and Engagement**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2014.
- CARVALHO, B. L. P. de. Onde fica a autoridade do historiador no universo digital? What is there to say about the historian’s authority in the digital universe? In: MAUAD, A. M.; SANTHIAGO, R.; BORGES, V. T. **Que história pública queremos? What public history do we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 169-180.
- CASTELLS, M. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CASTELLS, M. **Comunidades Virtuais ou Sociedade de Rede? A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

- CHAUVEAU, A (Org.). **Questões para a história do tempo presente**. Bauru: Edusc, 1999.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DELGADO, L.; FERREIRA, M. de M. (Orgs.). **História do tempo presente**. RJ: FGV, 2014.
- DELGADO, L. de A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, vol. 6, p. 9-25, 2003. DOI: <https://doi.org/10.51880/ho.v6i0.62>.
- FERREIRA, M. de M.; ABREU, A. A. de [et. al.]. **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. Apresentação. In FERREIRA, M. de M; FERNANTES, T. M.; ALBERTI, V. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. E-book (não paginado).
- FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. **Usos & Abusos da história oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FRISCH, M. A História Pública não é uma via de mão única, ou, De *A Shared Authority* à cozinha digital, e vice-versa. In MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 57-80.
- FRISCH, M. **A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History**. Albany, NY: The SUNY Press, 1990.
- GATTAZ, A.; MEIHY, J. C. S. B.; SEAWRIGHT, L. **História oral: a democracia das vozes**. São Paulo: Pontocom, 2019.
- JOUTARD, P. Avaliações e tendências da história oral. In FERREIRA, M. de M.; FERNANTES, T. M.; ALBERTI, V. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. E-book – *versão Kindle*.
- LOZANO, J. E. A. Prática e estilos de pesquisa na história. In FERREIRA, M. de M.; FERNANTES, T. M.; ALBERTI, V. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. E-book – *versão Kindle*.
- LUCCHESI, A. **História, internet e novas mídias: preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI**. Recife: EDUPE, 2022.
- MACEDO, C. G.; BERTÉ, I. L.; GOELLNE, S. V. História oral na era digital: a experiência do projeto Garimpando memórias. **História Oral**, v. 19, nº 1, p. 41-58, jan./jun., 2016.
- MAFFESOLI, M. **O Tempo das Tribos: O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- MAYER-SCHÖNBERGER, V.; CUKIER, K.. **Big Data: The Essential Guide to Work, Life and Learning in the Age of Insight**. London: Jhon Murray (Publishers), 2017.

MEIHY, J. C. S. B. **Carto de Morte Kaiowá: História Oral de Vida**. São Paulo: Loyola, 1991.

MEIHY, J. C. S. B. História oral: a interlocução necessária com Daphne Patai. **Oralidades: Revista de História Oral**, ano 5, nº 10, p. 161-172, Jul-dez 2011.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEIHY, J. C. S. B. **O Brasil Fora de Si. Experiências de Brasileiros em Nova York**. São Paulo: Parábola, 2004.

MEIHY, J. C. S. B. **Prostituição à Brasileira**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MEIHY, J. C. S. B.; SEAWRIGHT, L. **Memórias e Narrativas: História Oral Aplicada**. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

NICODEMO, T. L.; ROTA, A. R.; MARINO, I. K. Introdução: das humanidades digitais à história digital. In NICODEMO, T. L.; R. A. R.; MARINO, I. K. (Orgs). **Caminhos da história digital no Brasil**. Vitória: Editora Milfontes, 2022.

PORTELLI, A. **História Oral como Arte da Escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, A. História oral italiana: raízes de um paradoxo. **Tempos Históricos**, vol. 12, nº 2, p. 1-32, 2000. DOI: <http://dx.doi.org/10.36449/rth.v12i2.2210>.

ROBERTINI, C. La storia orale in America Latina. **Passato e presente: rivista di storia contemporanea**, vol. 99, n. 3, p. 133-148, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.3280/PASS2016-099007>.

ROLLO, M. F. Desafios e responsabilidades das humanidades digitais: preservar a memória, valorizar o patrimônio, promover e disseminar o conhecimento. O programa memória para todos. **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, vol 33, nº 69, p. 19-44, Jan-Abr 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-149420200001000003>.

ROUSSO, H. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SANTHIAGO, R; MAGALHÃES, V. B. de. Apresentação. In SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V. B. de (Orgs.). **Depois da utopia: a história oral em seu tempo**. São Paulo: Letra e Voz: Fapesp, 2013.

SHARPLESS, R. The history of oral history. In CHARLTON, T. L.; MYERS, L. E; SHARPLESS, R. **History of oral history: foundations and methodology**. Lanham, MD: AltaMira Press, 2007.

SHOPES, L. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 71-86.

SLOAN, S. M. Swimming in the Exaflood: Oral History as information in the Digital Age. In: BOYD, D. A; LARSON, M. A. **Oral History and Digital Humanities: Voice, Access and Engagement**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2014, p. 175-186.

SPOHR, M. O acervo histórico do CPDOC: novas perspectivas. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, nº 7, p. 269-277, 2013.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado: História Oral**. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

THOMSON, A. Four Paradigm Transformations in Oral History. **Oral History Review**, vol. 34, nº 1, p. 49-70, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1525/ohr.2007.34.1.49>.

Sites consultados

Acervo do CPDOC/FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historia-oral>. Acesso em: 30 dez. 2022.

Acervo do Centro de Memória do Esporte. Disponível em: <https://garimpandomemorias.univasf.edu.br/entrevistas>. Acesso em: 30 dez. 2022.

Acervo do Museu da Pessoa. Disponível em: <https://museudapessoa.org/historias/>. Acesso em: 30 dez. 2022.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.